Parte IV - Experiências brasileiras na pandemia de covid-19
26. Enfrentamento da pandemia de covid-19 no estado do Rio de Janeiro: a experiência do Cosems RJ

Maria da Conceição de Souza Rocha
Marcela de Souza Caldas
Marta Gama de Magalhães

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, M. C. S., CALDAS, M. S., and MAGALHÃES, M. G. Enfrentamento da pandemia de covid-19 no estado do Rio de Janeiro: a experiência do Cosems RJ. In: PORTELA, M. C., REIS, L. G. C., and LIMA, S. M. L., eds. *Covid-19: desafios para a organização e repercussões nos sistemas e serviços de saúde* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2022, pp. 397-407. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5.
<https://doi.org/10.7476/9786557081587.0028>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro a experiência do Cosems RJ

*Maria da Conceição de Souza Rocha, Marcela de Souza Caldas e
Marta Gama de Magalhães*

Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) nascem da necessidade de criar mecanismos de pactuação entre os gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), nas três esferas de governo. Essas entidades integram a própria história da política pública de saúde do Brasil.

Ainda que com sua existência declarada em diversas normas do SUS, somente com a edição da lei 12.466 de 24 de agosto de 2011 (**Brasil, 2011**) os Cosems foram legalmente institucionalizados e passaram a ser reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), na forma disposta em seus estatutos.

No estado do Rio de Janeiro, o Cosems foi oficialmente instituído em 1987, com a eleição do seu primeiro presidente. Portanto, muito antes das normas operacionais, o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Cosems RJ) já existia formal e legalmente, como representante dos entes municipais para articulação e pactuação das políticas de saúde neste estado (Silva, 2014).

No processo de construção do SUS, os conselhos de representação das secretarias estaduais e municipais de Saúde são importantes instâncias de consolidação das normativas desse sistema, especialmente as de intercâmbio e construção de responsabilidades sanitárias, solidárias e cooperativas. Para Lima (2013), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conasems e os Cosems estaduais são espaços de extrema importância para a articulação política e formação de pactos horizontais envolvendo os gestores da mesma esfera de governo. É correto afirmar também que tais instituições se destacam por seu importante papel no apoio técnico, na informação e no aprendizado

para as secretarias de Saúde, especialmente aquelas com condições administrativas mais precárias e as situadas em municípios de menor porte.

Após essa breve contextualização sobre o lugar e a importância de tais conselhos no nosso sistema de saúde, descreveremos algumas das características do Cosems RJ.

O Cosems RJ definiu como sua missão, que consta em sua página eletrônica,

Contribuir para a formulação e implementação de políticas de saúde e apoiar tecnicamente as Secretarias Municipais na condução das ações de saúde, promovendo, de maneira proativa, a articulação e a pactuação técnica e política em torno dos interesses municipais, com vistas à defesa dos princípios e diretrizes do SUS. (Cosems RJ, 2020)

Para alcançar sua missão institucional, o Cosems RJ organiza sua atuação de forma técnica e política. A representação política é feita por sua diretoria, composta pelos cargos de presidente, vice-presidentes, secretário-geral e diretor financeiro, que atuam em conjunto com quatro diretorias temáticas, as de Comunicação; Relações Institucionais e Parlamentares; Direito Sanitário; Regionalização e Descentralização. Sua atuação é suprapartidária, funcionando com uma composição que tem procurado, historicamente, contemplar a representação de todas as regiões de Saúde do Rio de Janeiro de modo a garantir ampla legitimidade nos encaminhamentos de pautas relevantes para o SUS de todo o estado.

No que se refere à atuação técnica, seu arranjo organizacional conta com um corpo técnico qualificado, o qual responde pelas assessorias técnica, jurídica, administrativa e de comunicação, além de uma equipe de apoiadores regionais que atuam distribuídos nas nove regiões de Saúde fluminenses. Esses atores estratégicos do Cosems RJ, ativadores dos processos de gestão e cuidado em saúde junto com os gestores de saúde e equipes técnicas municipais, proporcionam suporte para o aprimoramento e transformação das práticas de trabalho da gestão municipal, visando a fortalecer coletivos e a possibilitar caminhos e reflexões solidárias e colaborativas para o SUS.

Para a operacionalização das suas atividades, o Cosems RJ realiza mensalmente assembleias de secretários municipais de Saúde, espaço fundamental de integração dos gestores no qual são discutidas as pautas para pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e deliberadas questões de interesse dos municípios na área da saúde. Além desta, participa das reuniões da Comissão Intergestores Regionais (CIR) por intermédio dos secretários de Saúde e apoiadores regionais e desempenha a coordenação conjunta com a Secretaria Estadual de Saúde (SES) das reuniões da CIB, ambas instâncias de pactuação do SUS. Segundo Lima (2013), a realização de assembleias gerais e/ou de

encontros regionais é uma forma de organização e articulação entre os secretários e um meio de divulgação de informações por esses conselhos.

Diante da pandemia decretada no país e da necessidade de adoção do isolamento social, medida crucial para diminuir a transmissão do coronavírus, o Cosems RJ, na defesa e na busca de melhorias para a saúde fluminense, passou a realizar, desde o mês de abril de 2020, suas assembleias mensais de forma remota, por meio de uma sala virtual, objetivando garantir discussões e o diálogo permanente entre os gestores e técnicos municipais de saúde.

Para sua atuação no quadriênio 2019-2022, o Cosems RJ construiu uma agenda afirmativa de proposições para o fortalecimento do SUS no estado do Rio de Janeiro, expressa nas seguintes diretrizes:

- Fortalecer a atenção básica como política de Estado e ordenadora do sistema, conforme legislação vigente, por meio da Estratégia Saúde da Família;
- Estabelecer a regulação como uma política de Estado estruturante, com capacidade de garantir acesso da população a respostas a todas as suas necessidades de saúde;
- Implementar as ações de vigilância em saúde, considerando o agravamento das várias demandas do cenário epidemiológico;
- Garantir o financiamento tripartite do SUS, regular, mais justo e igualitário;
- Implementar e executar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica;
- Implementar o processo de regionalização e construção das redes de atenção à saúde, com fortalecimento dos mecanismos de governança estadual e regional;
- Buscar estratégias para o fortalecimento da SES RJ no seu efetivo papel de coordenar e implementar as políticas de Estado para a efetivação das diretrizes do SUS.

Posto isso, afirmamos que em consonância com a atual conjuntura da gestão do SUS no estado do Rio de Janeiro, o Cosems RJ tem atuado em prol da consolidação, aprimoramento e defesa da saúde pública, buscando mobilizar parceiros e sociedade para mudanças que contribuam na melhoria da qualidade de vida da população e no avanço da construção coletiva do direito à saúde.

A crise sanitária produzida pela pandemia de Covid-19 desencadeou novas demandas, desafios e preocupações para o SUS, com forte impacto em todos os entes federados e especial sobrecarga para os municípios, ente executor das políticas de saúde e autoridade sanitária do território onde vive e convive a população brasileira.

O SUS, o maior sistema público de saúde do mundo, busca proporcionar aos brasileiros acesso universal e integral à saúde, em todo o território nacional. Seu complexo sistema integrado entre os níveis federal, estadual e municipal permite a existência de uma rede de saúde com ampla capilaridade e alcance populacional, que atua para prover desde ações da atenção básica até aquelas de maior complexidade, como cirurgias de alto risco. O Brasil estabeleceu em sua Constituição que saúde é direito de todos e, portanto, é dever do Estado garantir a defesa da vida em todas as suas demandas e singularidades.

Ao longo da pandemia, ampliou-se a percepção sobre a importância e as potencialidades do SUS e sobre quão maiores seriam as dificuldades que enfrentaríamos no combate à Covid-19 se não possuíssemos um sistema de saúde com os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Em prévia da pesquisa sobre os desafios da pandemia de Covid-19 realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e apresentada em setembro de 2020, o acesso à saúde universal e medidas contra as desigualdades foram as prioridades elencadas por mais de 5 mil brasileiros (Andrade, 2021). E pesquisa realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* registrou que “69% dos entrevistados concordaram que sem o SUS, as consequências da pandemia seriam muito piores e também 62% relataram que passaram a valorizar mais o SUS depois da disseminação da doença” (Chiara, 2021).

Nesse contexto, é importante destacar a força, o compromisso operacional e pragmático dos profissionais da saúde da linha de frente do combate à Covid-19, resilientes no seu papel de proporcionar cuidado à população, nos vários níveis de atenção do sistema de saúde. Todavia, em razão do subfinanciamento e dos baixos investimentos no SUS ao longo dos anos, a assistência dirigida à Covid-19 tem levado ao colapso do sistema de saúde em várias regiões do país, dificultando a assistência clínica qualificada para toda a população devido à falta de leitos de terapia intensiva e de equipamentos de suporte ventilatório, à baixa testagem, à insuficiência e sobrecarga de profissionais da saúde e à fragilidade da atenção básica e da vigilância em saúde.

Além disso, no Brasil, diferentemente de outros países, o governo federal mostrou toda a sua fragilidade no processo de coordenação das ações de controle da pandemia e suas consequências, fazendo com que estados e municípios agissem sozinhos e criassem suas próprias diretrizes. Para Sodré (2020: 4), instalou-se a “centralidade dos governadores e ações fragmentadas aconteciam entre os municípios como se não houvesse um Sistema Único de Saúde que pudesse prever a ação entre os três âmbitos da federação”.

Diante desse quadro, desde o início do ano de 2020, especialmente a partir do momento em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia, o

Cosems RJ pleiteou à SES RJ a instituição de um grupo interinstitucional para discutir e acompanhar os movimentos de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no território fluminense. Porém, apesar da publicação de uma resolução estabelecendo esse grupo, foram muitos os problemas para a realização de suas reuniões e para a sua manutenção, pois o período era de grande instabilidade do governo estadual e alternâncias na gestão de sua Secretaria de Saúde: ao longo de 2020, o estado do Rio de Janeiro teve um governador afastado e quatro secretários de estado da Saúde.

Segundo Peres, Sant’Ana e Rodrigues (2020), a SES RJ sofreu durante o ano de 2020 um longo processo de desmonte e graves problemas com seu quadro de servidores, reduzido e mal remunerado. Essa fragilidade institucional contribuiu para que o Cosems RJ se tornasse, por intermédio de suas equipes diretora e técnica, a referência na gestão da saúde pública para os municípios fluminenses, substituindo, muitas vezes, a SES em seu papel de enfrentar tecnicamente a pandemia.

Embora tenham ocorrido algumas reuniões sobre o tema entre SES e municípios nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, isso não resultou em processo de planejamento ascendente, a partir de discussões e deliberações nas regiões de Saúde, para ações de combate à pandemia. Desse modo, decisões foram tomadas pelos municípios de forma isolada, sem que houvesse um diagnóstico e análise das reais necessidades de ampliação da capacidade instalada das regiões por parte da SES RJ. Assim, o processo de abertura de hospitais de campanha se deu com incipiência de parâmetros técnicos e sem que fossem consideradas as possibilidades de ampliação de estruturas já existentes.

A esse cenário somou-se outra preocupação relacionada à gestão das estruturas estaduais de atendimento a casos de Covid-19, inclusive os hospitais de campanha, que foi delegada a organizações sociais (OS). Para viabilizar sua construção e a compra de equipamentos, foram destinados significativos recursos financeiros, alvo de investigações por improbidade administrativa ou corrupção. Para Silva e Ruiz (2020), o modelo privatista baseado nas OS tem gerado barreiras para a população usuária, seja no tocante à gestão, seja no tocante ao atendimento de qualidade.

A ação estratégica do Cosems RJ de apoiar a gestão municipal do SUS foi intensamente potencializada pela emergência sanitária provocada pela Covid-19, por meio da atuação de seus assessores técnicos e apoiadores regionais diante das imensas demandas apresentadas pelos municípios, gestores e equipes técnicas municipais. A intensificação do uso de diversos mecanismos de comunicação, como as redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas para *smartphones*, foi fundamental diante da necessidade de capilarizar informações necessárias à tomada de decisões no cenário de pandemia.

Em face das dificuldades apresentadas pelos gestores municipais relacionadas à pandemia, o corpo técnico do Cosems RJ buscou aprimoramento dos seus conhecimentos e intensificou o trabalho de articulação com as demais representações dos estados e municípios no país, outros Cosems, Conasems e o Conass, visando ao repasse de informações qualificadas, seguras e em tempo oportuno. No caso dos apoiadores regionais, a agenda de trabalho foi intensificada através da Rede Colaborativa para Fortalecimento da Gestão Municipal do SUS, coordenada pelos Conasems e pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC). Sua rotina de trabalho tem sido exaustiva para atender às demandas de divulgação e orientação quanto às portarias, resoluções e notas técnicas. Além de serem a principal referência técnica para gestores e técnicos dos municípios, esses apoiadores também atuam na escuta de angústias, temores e apreensões. Solidariedade, afeto e troca têm feito a diferença na condução desse processo que envolve sofrimento, morte, coragem e responsabilidade sanitária.

Perante todos esses desafios e por considerar que o conhecimento científico contribui e orienta para respostas mais efetivas, o Cosems RJ buscou apoio na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição acadêmica reconhecida por seu trabalho para a consolidação do SUS, como forma de promover a interação entre pesquisa e inovação, gestão pública e qualificação dos serviços para a melhoria da ação pública setorial no campo da saúde.

Para a efetivação da parceria entre Cosems RJ e Fiocruz, as instituições se pautaram na consolidação e fortalecimento da cooperação técnica vigente entre os partícipes, conforme acordo n. 87/2017, que visa a fortalecer a gestão municipal do SUS no estado do Rio de Janeiro e apoiar o aprimoramento da sua capacidade técnica de resposta à pandemia de Covid-19. E se viabilizou uma agenda estratégica entre as instituições para a construção conjunta dos eixos centrais, integradores e prioritários das ações a serem implementadas, coordenada pela Chefia de Gabinete da Presidência e o Observatório Covid-19 da Fiocruz e pela Presidência do Cosems RJ e seu corpo técnico. A parceria assim constituída contou com a participação da Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj), que difundiu entre os prefeitos do estado do Rio de Janeiro e outras instituições por ela mobilizadas o apoio institucional do Cosems RJ e da Fiocruz, o que favoreceu maior adesão política dos governos municipais à referida agenda.

O objetivo e os principais eixos estruturantes da parceria entre o Cosems RJ e a Fiocruz estão detalhados a seguir.

OBJETIVO DA PARCERIA ENTRE O COSEMS RJ E A FIOCRUZ

Desenvolver ações de apoio técnico institucional, para fortalecimento da gestão municipal do SUS no estado do Rio de Janeiro, mediante aporte de conhecimento e de informação técnica qualificada para gestores e técnicos municipais, visando ao aprimoramento das responsabilidades municipais e da tomada de decisão diante dos necessários movimentos estratégicos e operacionais da gestão municipal na condução de ações contra a pandemia da Covid-19.

EIXOS INTEGRADORES E PRIORITÁRIOS PARA AS AÇÕES DE FORMAÇÃO E DE APOIO TÉCNICO AOS GESTORES E TÉCNICOS MUNICIPAIS DA SAÚDE

Eixo Gestão da Clínica

Atenção Primária à Saúde (APS)

- Manejo clínico na APS: Covid e não Covid.
- Operacionalização do teste rápido para Covid.
- Monitoramento da vulnerabilidade do território: habitação, comorbidade, idosos, crianças.
- Integração entre Vigilância em Saúde (VS) e APS: difusão de informações e monitoramento de casos.
- Teleatendimento na atenção aos pacientes de Covid: monitoramento e cuidado.
- Reorganização dos processos de trabalho.
- Fortalecimento da articulação comunitária: a função do agente comunitário de saúde.

Atenção Especializada, Atenção Pré-Hospitalar e Hospitalar

- Acesso à diagnose: exames laboratoriais e imagem (tomografia e raios X).
- Tomografias: necessidade de definição de protocolo para utilização, pois há casos de uso indiscriminado. Usar oxímetro para indicação.
- Fluxo de acesso para o atendimento médico especializado aos pacientes suspeitos/confirmados de Covid.
- Protocolo de manejo clínico na atenção.
- Organização de leitos: separação de fluxos de pacientes Covid e não Covid.
- Segurança do paciente.

Eixo Vigilância em Saúde (VS)

- Integração da VS e APS: difusão de informações e monitoramento de casos.
- Maior divulgação dos critérios para a definição de casos.
- Necessidade de melhor notificação dos casos atendidos na rede privada de saúde.
- Necessidade de notificação nos sistemas e-SUS Vigilância Epidemiológica (VE) e e-SUS VE hospitalar.
- Testes rápido: utilização e relação com a notificação (vigilância laboratorial).
- Uso da VS para enxergar e analisar o deslocamento do coronavírus e sua relação com as medidas de isolamento.
- Capacidade de análise epidemiológica dos cenários: incidência, letalidade etc.
- Divulgação qualificada da informação: casos confirmados, suspeitos, óbitos...
- Vigilância do óbito.
- VS: qualificação da equipe (arcabouço jurídico); atuação em comércios, indústrias, serviços etc.
- Vigilância em Saúde do Trabalhador: Covid-19 é doença ocupacional; emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho; notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação etc.

Eixo Organização dos Serviços de Saúde

- Reorganização de atendimento das unidades para atendimento Covid e não Covid no serviço pré-hospitalar (unidades de Pronto Atendimento, postos de Saúde).
- Regulação única de leitos para a pandemia: referências internas e regionais.
- Rede regionalizada de atenção à saúde: princípios e diretrizes.
- Organização da assistência farmacêutica: dispensação de medicamentos Covid e não Covid e insumos.
- Logística de insumos e equipamentos.
- Pacientes da saúde mental: especificidades do atendimento; necessidade de que a equipe do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) cuide de pacientes Covid e não Covid.
- Recursos humanos: quantitativo necessário; qualificação/capacitação de profissionais para assistência;

- Funcionamento dos centros de Triagem Covid, alguns ligados à APS e outros ao serviço hospitalar.
- Gestão do atendimento pré-hospitalar móvel (Samu, Corpo de Bombeiros e frota dos próprios municípios); dificuldades na transferência de pacientes; olhar especial para a Baixada Fluminense.
- Transporte sanitário para funeral.

O cenário epidemiológico da pandemia impôs aos municípios uma nova organização da gestão municipal da saúde, com ênfase na reorganização da sua rede de atenção com vistas à incorporação de processos de cuidado do paciente com Covid-19, considerando as singularidades de cada território de saúde.

Em consideração a esse cenário, o Cosems RJ se reinventou e promoveu, em cooperação com a Fiocruz e outros parceiros como o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a SES RJ, debates on-line em forma de *live* com convidados especiais para levar informação segura e precisa sobre a atual situação da saúde pública no estado em tempos de pandemia, potencializando seu papel estratégico de apoio à gestão municipal do SUS. Os encontros foram transmitidos pela plataforma Zoom, pelo Facebook e pelos canais no YouTube do Cosems RJ e da Fiocruz. Os webinários contaram sempre com palestrantes pesquisadores de excelência das áreas afins e das instituições parceiras no tema apresentado, técnicos do Cosems RJ e gestores municipais, que apresentaram as experiências produzidas pelos municípios para mitigação dos efeitos da pandemia. Esse diálogo entre o conhecimento científico e os saberes produzidos nas práticas municipais possibilitou um enriquecimento dos debates, aprendizado e democratização do conhecimento.

A iniciativa teve início no dia 5 de junho de 2020, quando foi realizado o primeiro webinário, “Atenção Primária à Saúde em tempos de Covid”. Ainda no mês de junho, houve os debates “Organização da rede municipal de saúde com ênfase na APS para o enfrentamento da pandemia: a experiência de Florianópolis”, na busca por agregar conhecimento e discussão com as equipes de atenção primária dos municípios, porta de entrada e ordenadora do cuidado nos territórios do SUS, e “As relações interfederativas no SUS e o enfrentamento da Covid”, que contou com a participação da presidente do Cosems RJ, Maria da Conceição de Souza Rocha, do ex-ministro da Saúde Arthur Chioro e do secretário estadual de Saúde do Maranhão e presidente do Conass, Carlos Lula. Discutir as relações intergovernamentais possibilitou importante reflexão sobre a responsabilidade sanitária de cada ente da federação perante a emergência sanitária da Covid-19.

Em julho de 2020 foram debatidos os temas “Flexibilização do distanciamento social e interiorização da Covid no estado do Rio de Janeiro” e “Estratégias para ampliação de testes Covid no estado do Rio de Janeiro”. No mesmo mês, o Cosems RJ desempenhou papel fundamental na realização, em parceria com a SES RJ, do fórum de assistência farmacêutica on-line denominado Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF): Fórum Estadual de Assistência.

Os demais webinários realizados em 2020 também foram dedicados a temas de forte impacto na qualificação do cuidado nos serviços de saúde do SUS no estado do Rio de Janeiro:

- Desafios da atenção básica no enfrentamento da pandemia de Covid no SUS no estado do Rio de Janeiro;
- Painéis de monitoramento de dados na Atenção Primária à Saúde;
- Importância e desafios do rastreamento de contatos da Covid;
- Coordenação regional de políticas públicas e redes de atenção à saúde: limites, avanços e perspectivas;
- Desafios e perspectivas da atuação da Vigilância em Saúde do Trabalhador na pandemia;
- Que vigilância é essa? O que está sendo feito e o que podemos fazer?
- Desafios do cuidado no território em tempos de pandemia;
- Cenários da regionalização da saúde no estado do Rio de Janeiro;
- Dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços, para enfrentamento da Covid;
- Conversando sobre o encerramento da gestão: aspectos jurídicos, financeiros e orçamentários do encerramento da gestão municipal, no âmbito do SUS.

Nestes dias em que vemos se agravar a crise humanitária provocada pela pandemia de Covid-19, certamente novos desafios surgirão, entre os quais já podemos apontar a troca de gestores municipais e a campanha de vacinação contra a Covid-19.

O Cosems RJ seguirá no esforço de apoiar os gestores municipais de saúde, promovendo encontros regionais com todos eles para apresentar a entidade e suas principais atividades. É de extrema importância que os novos gestores tenham participação ativa na entidade e nos espaços de pactuação técnica e política, de forma integrada com a diretoria e com o escritório do Cosems RJ, para que possam atuar nos principais debates sobre a gestão da saúde pública no estado e no país, sempre em defesa do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, H. Pandemia faz brasileiro priorizar apoio à saúde universal, aponta ONU. *CNN Brasil*, São Paulo, 18 set. 2020. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/09/18/pandemia-faz-brasileiro-priorizar-apoio-a-saude-universal-aponta-onu>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BRASIL. Lei n. 12.466, de 24 ago. 2011. Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei n. 8.080, de 19 set. 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor sobre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12466.htm>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- CHIARA, M. Com a pandemia do coronavírus, papel do SUS ganha força entre paulistanos. *Estadão*, São Paulo, 5 maio 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,com-a-pandemia-do-coronavirus-papel-do-sus-ganha-forca-entre-paulistanos,70003292385>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COSEMS RJ). Missão e Visão. Disponível em: <www.cosemsrj.org.br/missao-e-visao/>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- LIMA, L. D. A coordenação federativa do sistema público de saúde no Brasil. In: GADELHA, P.; CARVALHO, J. N. & PEREIRA, T. R. (Orgs.). *A Saúde no Brasil em 2030 – Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde*. v. 3. Rio de Janeiro: Fiocruz, Ipea, Ministério da Saúde, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.
- PERES, A. M. A. M.; SANT’ANA, D. R. & RODRIGUES, P. H. A. O processo de desmonte da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro e sua invisibilidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(3): e300315, 2020.
- SODRÉ, F. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3): e00302134, 2020. Disponível em: <www.scielo.br/j/tes/a/YtCRHxTywqWm45ChBHvqPBB/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SILVA, M. L. O Cosems RJ: origem, identidade e seu papel na defesa das Secretarias Municipais de Saúde. In: PINHEIRO, R. et al. (Orgs.). *Apoiadores Regionais: uma experiência brasileira*. Ed. rev. Rio de Janeiro: Cepesc, IMS/Uerj, Cosems/RJ, Opas, 2014.
- SILVA, W. M. F. & RUIZ, J. L. S. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(3): e300302, 2020. Disponível em: <www.scielo.br/j/physis/a/5LqczYMjknqZXGfXfckxTK/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.